

Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste: tecendo justiça climática e a convivência com o semiárido brasileiro

Laeticia Medeiros Jalil

Michelly Aragão Guimarães Costa

Luiza Carolina da Silva

Maria do Socorro de Lima Oliveira

Marli Gondim de Araújo

As mulheres rurais desempenham um papel fundamental na nossa sociedade, a exemplo das atividades que realizam para a segurança alimentar, a conservação da sociobiodiversidade através do cultivo de plantas medicinais, o reflorestamento com árvores nativas, a criação de pequenos animais, o cultivo das sementes crioulas (animais e vegetais), beneficiamento nas agroindústrias como fonte de renda, atividades produtivas em associações e cooperativas que são essenciais para a reprodução delas e suas famílias, bem como o fortalecimento do tecido social nos territórios.

Segundo o Atlas das mulheres rurais da América Latina, no Brasil, em 2017, as mulheres eram responsáveis por apenas 19,7% dos estabelecimentos da agricultura familiar brasileira, com predominância das negras, representando 62% do total de estabelecimentos dirigidos por mulheres, seguidas pelas brancas (35%), indígenas (2%) e amarelas (1%). Somente a região Nordeste concentrava 85% dos estabelecimentos liderados por mulheres negras e pardas

Segundo os dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN, 2022), a população em situação de vulnerabilidade em relação ao percentual de domicílios com insegurança alimentar grave são as mulheres negras (18,1%) em relação às mulheres brancas (10,6%), e quando comparadas com os domicílios segundo o gênero do/a chefe de família, as mulheres na sua maioria (19,3%) sofrem mais de insegurança alimentar grave em comparação com os homens (11,95%). No Brasil, as mulheres rurais

trabalham 27,5 horas por semana com trabalho não remunerado, incluindo atividades domésticas e de cuidados, enquanto os homens dedicam apenas 5,2 horas por semana.

Neste contexto, a Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste, se apresenta como um importante ator político que defende, articula e incide a partir de diferentes instituições no campo da agroecologia, dos feminismos e da convivência com o Semiárido, a fim de promover a defesa dos direitos das mulheres, das juventudes e dos povos e comunidades tradicionais desta região. As entidades que integram a Rede estão organizadas em movimentos sociais, assessorias técnicas e universidades nos 9 estados que compõem o Nordeste. A Rede se destaca pela criação de campanhas, materiais didáticos e pela incidência em políticas públicas, reafirmando seu compromisso com a convivência nos biomas do Semiárido e Cerrado do Nordeste brasileiro. Uma das metodologias feministas, participativas e populares, desenvolvida pela Rede ao longo dos anos, é a “Campanha Pela Justa Divisão do Trabalho Doméstico”, que provoca e acolhe a luta das mulheres rurais.

Em outubro de 2024, em Salvador (Bahia), a Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste celebrou o seu 10º aniversário, uma década de lutas e conquistas em um encontro que reuniu mais de 20 instituições que atuam no campo da ATER agroecológica, da agricultura familiar, do feminismo e de povos e comunidades tradicionais (PCTs). Esse evento marcou não apenas a celebração, mas também um importante momento de planejamento e organização para o futuro.

O encontro teve como objetivo fortalecer as redes e os grupos de mulheres da Bahia e do Nordeste, dando especial atenção às lutas das mulheres do Cerrado e do Semiárido nordestino. As discussões se aprofundaram em temas como a agenda pública de combate à desertificação e mitigação das secas, o acesso e a gestão da água, e os crescentes conflitos socioambientais. A participação de integrantes da Articulação das Mulheres pelo Cerrado do Oeste da Bahia, da Articulação das Mulheres do Cerrado e das organizações feministas do Semiárido foi crucial para complexificar o debate.

Esses coletivos e movimentos de mulheres visam dar visibilidade às problemáticas que as mulheres desses territórios enfrentam, assim como às suas estratégias de resistência frente à crise climática e a mega-projetos como o MATOPIBA¹, que junto com a expansão dos parques eólicos, “fazendas” de placas solares, o aumento do uso de agrotóxicos, o

¹ Constituída pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, a região é considerada a última fronteira agrícola do país, do agronegócio brasileiro, que avança velozmente na área com produção agropecuária em larga escala, em especial de monoculturas de soja e eucalipto. Com um território calculado em cerca de 414.381 km², a região abriga as últimas áreas de cerrado nativas, que ocupam 90% do território, com áreas de transição entre diferentes tipos de vegetação. Por essa riqueza, o Matopiba é o foco do capital financeiro e agroindustrial, para produção de *commodities* agrícolas e minerais para exportação.

desmatamento, as queimadas e os conflitos por terra-território-água, intensificaram-se de maneira drástica nos últimos anos. O encontro também possibilitou reafirmar que a luta pela autonomia e pela divisão justa do trabalho doméstico é inseparável da luta pela proteção dos biomas e pela construção de um futuro mais justo e resiliente para as mulheres e suas famílias.

A “Campanha pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico”, é um processo político pedagógico que foi construído há mais de 10 anos que busca dar visibilidade e valorizar o trabalho das mulheres rurais. Ela preconiza que a responsabilidade pelos afazeres domésticos e de cuidado deve ser compartilhada entre homens e mulheres, o que libera tempo para que as mulheres possam se dedicar plenamente às atividades produtivas, à participação política e à liderança comunitária.

A sobrecarga de trabalho doméstico é uma barreira que impede a autonomia e a plena participação das mulheres na vida pública e na produção. A Campanha pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico é uma metodologia fundamental para pensar estratégias de cuidado e justiça ambiental. Quando as mulheres têm mais tempo disponível, elas podem, entre outras atividades, se engajar na gestão de sistemas produtivos agroecológicos, que são mais resilientes às secas e às mudanças climáticas. Além disso, a sua participação em espaços de tomada de decisão é fundamental para o desenvolvimento de estratégias de adaptação climática mais eficazes e inclusivas no semiárido, como mostra a socióloga Michelly Costa. .

Nas regiões semiáridas e em processo de desertificação, as mulheres são as mais afetadas pela escassez de água e pelos efeitos da crise climática. Elas são as principais responsáveis pela gestão da água para o consumo doméstico, para os quintais produtivos e para a criação de animais, o que as coloca em uma situação de vulnerabilidade. A sobrecarga de trabalho, que inclui a coleta de água em longas distâncias, as priva de tempo para a educação e participação política. Apesar dos desafios, as mulheres são as principais detentoras de saberes tradicionais sobre a captação, o armazenamento, a reutilização e o manejo eficiente dos recursos hídricos. Por isso, metodologias e tecnologias sociais que possibilitem e reconheçam seus conhecimentos são fundamentais para a resiliência climática. A instalação de tecnologias como cisternas, barragens subterrâneas, sistemas agroflorestais e os quintais produtivos, por exemplo, é essencial para garantir a segurança hídrica e alimentar das comunidades, fortalecendo a capacidade de adaptação e de convivência com o Semiárido .

As mulheres no encontro da Rede também trouxeram elementos significativos para entender a complexa relação entre gênero, justiça social e resiliência ambiental no Semiárido e no Cerrado brasileiro. Com base nos debates e grupos de trabalho que foram realizados, foi possível apontar a “Campanha pela PEC 504” - reconhecimento do Cerrado e da Caatinga como metodologias participativas que as mulheres vêm construindo a partir de suas redes e organizações para incidir na agenda política da resiliência climática. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 504 visa incluir o Cerrado e a Caatinga como patrimônios nacionais, juntando-os a biomas já protegidos como a Amazônia e a Mata Atlântica. Essa medida, defendida por distintos movimentos sociais, é uma resposta ao crescente ecocídio e à degradação ambiental que afeta esses territórios, essenciais para a sociobiodiversidade e para a vida com dignidade em suas comunidades.

O reconhecimento legal desses biomas como patrimônio nacional é um passo crucial para a sua proteção. Isso garantiria maior segurança jurídica contra a expansão desenfreada do agronegócio e de outros empreendimentos que causam desmatamento, desertificação e escassez hídrica. A preservação dos biomas Cerrado e Caatinga é vital para a manutenção dos serviços ecossistêmicos, como a regulação do clima e o ciclo da água, que são essenciais para a resiliência de todo o país. Neste sentido, a participação das mulheres rurais é fundamental. Afinal, esses grupos trazem o conhecimento e a experiência vivida, pois são elas que estão na linha de frente do combate ao "ecocídio", complexificando o debate e oferecendo alternativas concretas para a construção de um futuro possível para a população em geral.

Como desdobramento desse encontro, foi realizado o relançamento da Campanha com a afirmação: “Sem divisão justa do trabalho doméstico não há convivência com o Semiárido”. Essa consigna parte de uma ação realizada pela parceria entre a Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste e o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação do Semiárido (ASA), durante o 10º Encontro Nacional da ASA (X EnconASA), realizado em novembro de 2024, nas cidades de Piranhas (AL) e Canindé de São Francisco (SE). A ação protagonizada pelas mulheres agricultoras, técnicas, pesquisadoras, gestoras, dentre outras, ocorreu no marco dos 10 anos da Campanha Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico, e reflete a importância do debate sobre a divisão sexual do trabalho para as mulheres rurais e a necessidade de enraizar a prática das agricultoras agroecológicas e das organizações feministas e da agroecologia, nos debates sobre convivência com o semiárido e com os

biomas, bem como, reconhecer e visibilizar tais práticas como fundamentais para reprodução da vida, da família e dos tecidos sociais.



Figura 1 - Faixa Sem divisão Justa do Trabalho Doméstico não há Convivência com o Semiárido, às margens do Rio São Francisco em Piranhas (AL), durante o X EnconASA.
Fonte: Acervo das autoras.

A Rede de Feminismo e Agroecologia do Nordeste tem se dedicado a visibilizar as profundas conexões entre o saber-fazer das mulheres rurais e as metodologias feministas populares aplicadas por equipes técnicas de ATER agroecológica, além de apontar como a divisão sexual do trabalho impacta diretamente os agroecossistemas familiares no semiárido. Nesse cenário, as mulheres são as mais afetadas pelas crises ambientais, ao mesmo tempo, suas lutas transcendem as agendas ambientais e agrárias convencionais. Esses movimentos não se limitam às pautas de reforma agrária ou políticas públicas agrícolas. Eles avançam em direção às lutas feministas por autonomia e emancipação, buscando uma transformação social profunda que culmine no reconhecimento de seus direitos e do futuro da sociedade conforme aponta a socióloga Laetícia Jalil. Assim, a luta por uma divisão justa do trabalho doméstico é o ponto de partida para a construção de um novo caminho, onde a resiliência climática se encontra com a justiça social, de gênero, ambiental e a própria autonomia das mulheres em seus territórios.

Referências:

COSTA, Michelly Aragão Guimarães. **Assessoria da Casa da Mulher do Nordeste: reconfigurando as relações de gênero com as agricultoras no Sertão do Pajeú-PE**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2014.

FAO. **Los programas de protección social con enfoque de género tienen mayor impacto en la erradicación del hambre y la pobreza**. 2016. Acesso em: <https://www.fao.org/república-dominicana/noticias/detail-events/en/c/386401/>

JALIL, Laetícia Medeiros. Experiência do projeto/processo ATER, feminismo e agroecologia na construção do conhecimento: caminhos epistêmicos e saberes políticos coletivos. In: JALIL, L. M.; ESMERALDO, G. G. S. L.; OLIVEIRA, M. S. (Org.). **Rede feminismo e agroecologia do Nordeste**. 1. ed. - Recife, 2017.

NOBRE, Miriam; HORA, Karla. E. R. (org.). **Atlas de Las Mujeres Rurales de América Latina y el Caribe: "Al tiempo de la vida y los hechos"**. Santiago de Chile: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, 2017.

PAB. Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca. **PAB Brasil 2024 vai à consulta pública**. 2024. Disponível em: <https://www.pabbrasil.ufrpe.br/noticias/pab-brasil-2024-vai-a-consulta-publica/>. Acesso em: 29 ago. 2025.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (Rede PENSSAN). II VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>. Acesso em: 24 ago. 2025.